

Organização Eleitoral

# Freire propõe total liberdade partidária

Declarando que os partidos políticos devem ser a expressão da liberdade, tanto a nível de funcionamento como de criação, o deputado Roberto Freire (PCB-PE) defendeu a sua proposta (também do partido), de que a futura Constituição elimine instrumentos pouco democráticos como a atual Lei Orgânica dos Partidos, que considera fruto da ditadura e elemento castrador dos princípios de liberdade que devem nortear os partidos políticos numa sociedade democrática.

Roberto Freire voltou a apresentar a proposta do PCB junto à Comissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, esperando que os setores democráticos aprovem a sua sugestão, que é a mesma defendida pelo PC do B, grande parte do PMDB, e com pequenas alterações o PT. Roberto acha que os partidos políticos só devem ter um censor e avaliador, o eleitor, que vota, se filia ou deixa o partido, de acordo com sua observação e seu interesse.

Indagando quem tem o poder de tutelar, Roberto diz que só o povo, só o eleitor. Assim, acha descabidas as exigências constantes da atual legislação, inclusive quanto ao número de filiados e a questões de organização interna. Roberto Freire lembrou, por exemplo, a questão do Partido

Comunista Brasileiro, que tem em sua estrutura a figura do secretário-geral e não de presidente. De acordo com a atual legislação, é preciso que se adapte a estrutura organizacional, para que o partido tenha condições legais de funcionamento. O líder do PCB na Constituinte, considera isso um absurdo e somente os militantes do partido deveriam resolver como funcionar.

Quanto às alegações de que a liberdade de criação de partidos políticos iria servir para a criação de uma grande quantidade de partidos, inclusive a maior parte sem condições de funcionamento, o deputado Roberto Freire é bastante claro: "quem pode dizer se tem ou não condição são os militantes, são os eleitores. O processo democrático deve abrir espaços para todas as correntes do pensamento. Somente assim os partidos ganham credibilidade e participação. Temos de ter partido formados livremente e acredito que a Constituinte vá marchar nesse sentido".

Agenda — Segunda-feira, às 9 horas será realizado a primeira reunião da comissão, para leitura do substitutivo do relator Prisco Viana. Inicia-se o momento de aceitação das subemendas, já no texto produzido pelo relator.

Organização do Estado

# Richa ignora as ameaças e não altera o substitutivo

As ameaças de formação de um bloco de constituintes para derrubar o substitutivo do senador José Richa não foram suficientes para que ele alterasse o conteúdo de seu parecer, cujo texto oficial foi divulgado ontem à tarde. O substitutivo não prevê a redivisão territorial, determina que as eleições para o governo do Distrito Federal serão realizadas na mesma data das presidenciais e não descentraliza totalmente os poderes da União, como é anunciado no parecer.

Richa acolheu, no entanto, dois pontos que são considerados fundamentais pelas alas progressistas da Constituinte. No parágrafo único do artigo primeiro ele optou pela nova redação: "Todo poder emana do povo e com ele será exercido". Mais adiante assegura a posse permanente e o usufruto exclusivo das terras ocupadas pelos índios.

No substitutivo, os estados obtêm maior autonomia, cabendo-lhes qualquer tipo de legislação sobre matérias de sua competência ou suplementar a legislação federal, desde que em assuntos de seu interesse; emancipar municípios e estabelecer diretrizes gerais de ordenação de seu território, coordenando o desenvolvimento urbano e rural.

Municípios

Em seu relatório, o senador José Richa — que está no Rio de Janeiro desde ontem — diz que inicia o trabalho com princípios gerais "que consagram a idéia de Estado Democrático de Direito, na qual se fundamenta a estrutura republicana, federativa e municipalista que propusemos como instrumento de governo popular".

O capítulo destinado aos municípios, no entanto, não deverá agradar aos municipalistas. Segundo assessores jurídicos da Câmara dos

Deputados, o fato de Richa ter suprimido a Constituição Municipal e Conselho Municipal — previstos no relatório do deputado Aloysio Chaves (PFL-PA) — centraliza os poderes nos conselhos estaduais, já que garante apenas elaboração da lei orgânica dos municípios que trata, principalmente, da estrutura organizacional.

Estado

O relatório desagradou principalmente aos defensores da criação de novos estados e da elevação dos territórios a estado. No substitutivo, Richa entende que a redivisão territorial não é responsabilidade e competência da Constituinte. Mas, mesmo assim, cria um Conselho de Redivisão Territorial — composto por cinco membros do Legislativo e cinco do Executivo — que terão um prazo de um ano para apreciar as propostas de criação dos estados do Juruá (AM), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA), Tocantins (GO) e Triângulo (MG), além de estudar a redivisão dos estados da Guabará e Rio de Janeiro e a transformação dos territórios do Amapá e Roraima em estados.

Depois de concluídos os estudos da Comissão de Redivisão, o substitutivo estabelece o prazo de um ano para que o Congresso Nacional aprove os pareceres apresentados. Diz ainda que os estados e municípios deverão, no prazo de cinco anos após a promulgação da Constituição, demarcar suas linhas de fronteira, em um trabalho que será analisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Agenda — Não haverá reunião neste final de semana. A partir de segunda-feira estará aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo e a Comissão só volta a se reunir na quarta-feira para dar início à votação.

# Descentralizar foi a opção

O senador José Richa argumenta, na introdução de seu substitutivo, que não promoveu alterações profundas nos anteprojetos das subcomissões. "Nossa participação se resumiu a um trabalho de sistematização e coordenação (...) optando pela descentralização do poder". Essas duas afirmações do senador deverão ser a base do ataque dos constituintes que pretendem formar um bloco para derrubar o seu substitutivo. Isso porque o senador alterou as propostas mais polêmicas da comissão: eleições no DF em 1988, criação de novos estados e autonomia ampla dos municípios.

O trabalho do senador e de seus oito assessores aparentemente foi o de

sistematizar os anteprojetos e as emendas apresentadas. Ele afirma, na introdução, que reduziu a enumeração das competências de cada esfera de poder, remetendo-a para disposições transitórias e para a legislação ordinária ou complementar.

Um desses exemplos pode ser confirmado no capítulo destinado aos municípios. O substitutivo prevê que é competência dos municípios legislar, decretar e arrecadar tributos de sua competência, organizar e prestar os serviços públicos de interesse local. Além de não enumerar detalhadamente as competências, o senador reedita, em outras palavras, o texto da atual Constituição.

Para fugir ao assédio da imprensa, Artur da Távola, juntamente com os demais relatores estão isolados no prédio do Prodasen (Serviço de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal), com a incumbência de entregar o parecer em tempo hábil, justamente utilizando os serviços de informática. Artur da Távola analisa as 1.047 emendas alusivas aos 11 temas da Comissão da Família.

Para elaborar o relatório, Artur da Távola advertiu que irá evitar cair no maniqueísmo de esquerda ou de direita, "ou um PMDB radical e um PFL reacionário". Uma coisa pelo menos, Artur da Távola garante: o seu parecer da Comissão da Família, representará um avanço social em relação à atual Constituição.

Agenda — Durante o final de semana, o relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), analisa as emendas para apresentar, às 12 horas de segunda-feira, o parecer e o substitutivo, cuja apresentação aos membros da Comissão será feita na terça-feira.

# Norte reage a tentativa de alterar arrecadação

Ordem Económica



Comissão Arantes: escolheu o que há de mais reacionário

# Comunista faz previsão "sombria" do relatório

A expectativa das chamadas "esquerdas" em relação ao relatório preliminar do senador Severo Gomes na Comissão da Ordem Económica da Assembleia Nacional Constituinte, que deverá ser apresentado até à meia-noite de hoje, é, no mínimo, "sombria".

"A Comissão da Ordem Económica — critica o deputado Aldo Arantes, do Partido Comunista do Brasil, eleito pelo Estado de Goiás) — se concentrou no que há de mais reacionário e conservador na economia brasileira. Por isto, não tenho ilusão de que se possa avançar significativamente. Nem a nível de comissão e, principalmente, quando o relatório for apreciado em plenário. Acredito que só haverá maior avanço no momento em que os partidos políticos forem capazes de mobilizar grandes parcelas da população".

Aldo Arantes concentra-se no capítulo da subcomissão de Princípios Gerais, onde enuncia um "atentado à autonomia do país". Ele afirma que é espantoso ver

que certos setores do PMDB estão sendo comandados pelo "arqui-entreguista" Roberto Campos (senador pelo PDS do Mato Grosso). "E o pior é que ele, de forma cínica, pergunta o que tinha de entregar".

O relator da Comissão da Ordem Económica, senador Severo Gomes, tende a ceder no que diz respeito ao capítulo referente à Reforma Agrária, justamente no qual o deputado Aldo Arantes enuncia o campo de luta da sociedade pela democracia. É que Severo, no seu relatório a ser apresentado até à meia-noite de hoje, não estabelece uma limitação de módulos agrários para a propriedade privada, e Arantes acha insustentável algo que ultrapasse os 500 mil hectares, mesmo porque a produção brasileira de mandioca, feijão, milho, arroz, algodão e soja, tem sua base nestes módulos.

Agenda — O relator da Comissão da Ordem Económica na Assembleia Nacional Constituinte, senador Severo Gomes, apresenta o seu relatório preliminar até à meia-noite.

As manobras dos estados do Sul para evitar transferências de recursos resultantes de arrecadações tributárias para os estados mais pobres do Norte e do Nordeste poderão gerar nova discórdia na próxima reunião da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

A comissão reúne-se na próxima semana, segundo o cronograma, nos dias 10 e 11 (quarta e quinta), para discussão do substitutivo do relator, deputado José Serra (PMDB-SP), no qual estão incluídos os relatórios das três subcomissões e parte das 1.164 emendas que deram entrada esta semana na comissão.

Um dos pontos de possível atrito está localizado na emenda cujo teor determina que estados como, por exemplo, São Paulo abram mão de sua quota no Fundo de Participação em favor dos estados mais pobres, mas pretendem que recolham para si um mínimo de 5 por cento do imposto sobre os Produtos Industrializados.

Como a redistribuição do Fundo de Participação se dá de acor-

do com uma equação em que o volume de recursos é inverso à renda da unidade federativa, São Paulo tem sido muito pouco beneficiado.

Os paulistas querem recuperar, pelo menos, parte da renda que exportam para os estados mais pobres. Não negam a contribuição, mas entendem que sua participação nessa cesta de impostos onera em excesso a população. Por isso, propõem que os recursos do Fundo de Participação fiquem totalmente com os estados do Norte e do Nordeste e contentem-se com uma pequena parcela do IPI. Como a arrecadação do IPI é o principal peso da receita tributária e é gerada em quase 70 por cento em São Paulo, a equação só traria prejuízo para os demais beneficiários do imposto incidente sobre a produção industrial.

A reação à emenda originária em São Paulo começou a ser esboçada particularmente pela bancada paraense na Constituinte, que esteve reunida durante toda essa semana em Brasília examinando as propostas, em discussão.

# Para Simon, reforma é irreal

Porto Alegre — Apreensivo com o andamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o governador Pedro Simon aproveitou os dias em que permaneceu doente em sua residência para telefonar a todos os governadores do país e líderes do PMDB para denunciar o que classificou com uma proposta "irreal" e "absurda": a reforma tributária, nos termos em que foi aprovada no relatório da Subcomissão da Constituinte que analisou o assunto. Segundo Simon, se inserida no texto da nova Constituição, ela virá prejudicar imensamente os interesses do Rio Grande do Sul e da maioria dos demais estados, já que beneficia apenas São Paulo e Rio de Janeiro.

— É um absurdo o que estão tentando fazer. São Paulo, com o Rio de Janeiro, está tentando ludibriar o próprio Nordeste e deixar o Sul, de modo muito especial o Rio Grande, numa posição tremendamente prejudicial — acusou Simon.

Conforme o governador, a proposta de reforma tributária na Constituinte é irreal e ilógica, já que propõe a criação de um adicional de Imposto de Renda a ser cobrado pelos estados, sendo que cada um fica com 5%.

Assegurou que a tentativa é de negar ao Estado o ressarcimento do que perde com a isenção de ICM aos produtos exportáveis, prejudicando ainda mais a receita gaúcha, enquanto São Paulo poderá até mesmo dobrar sua arrecadação.

Educação/Cultura

# Programa partidário deve nortear parecer do relator

Os pontos básicos fixados nos programas do PMDB, PFL e até mesmo dos partidos pequenos, deverão nortear o parecer e o substitutivo do relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que será entregue ao presidente da Comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), segunda-feira, às 12 horas. A idéia é discutir os pontos comuns entre os partidos, uma vez que, de acordo com Artur da Távola, "os pontos de atrito ficarão para a votação no próximo final de semana".

Artur da Távola manteve reunião ontem com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, para debater os assuntos referentes à Comissão da Família, "para evitar radicalização". O relator assegura que o parecer e o substitutivo "representarão um significativo avanço democrático", sobretudo nas questões das concessões de rádio e televisão, que a seu ver, devem ser tripartites, ou seja, com a participação do Estado, iniciativa privada e setores da sociedade.